

ESCOLA DiESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

CONJUNTURA ATUAL E OS DESAFIOS PARA CLASSE TRABALHADORA

As Transformações em curso

MUNDO

**Crise do capitalismo
Subprime 2008**

**Cadeias Globais
de produção e
fornecimento**

**China como
potencia global
retorno da
bipolarização**

**Perda da
primazia da
indústria**

Globalização

**Direitos como
mercadoria**

**Intersectorização da
economia**

Financeirização

**Revolução
tecnológica**

Neocolonialismo
Primaveras
Terceiro Mundo
(Árabe-Brasileira)

**Direitização da
política**
Trump
Brexit
Barcelona

BRASIL

PEC do Teto

Novo Regime fiscal que limita os gastos públicos com políticas sociais
(Em dezembro de 2016)

Programa de privatizações

Petróleo
Energia Elétrica
Infraestrutura

Mudança estrutural na base econômica e tecnológica

Desmonte do papel do Estado

Mercantilização de direitos sociais

“Reforma do Ensino Médio” e BNCC

Altera a política educacional e a organização do ensino médio
(Fev/2017)

“Reforma” da Previdência

Altera as regras da previdência pública (PEC 6)

“Reforma” Trabalhista

Altera a CLT precarizando as relações de trabalho
(Julho de 2017)

Reformas Bolsonaro

CONTEXTUALIZAÇÃO

CONTEXTO: DESMONTES DO ESTADO

Justificativas

- Crise econômica e financeira;
- Estado brasileiro é “inchado” e ineficiente;

Objetivos das medidas

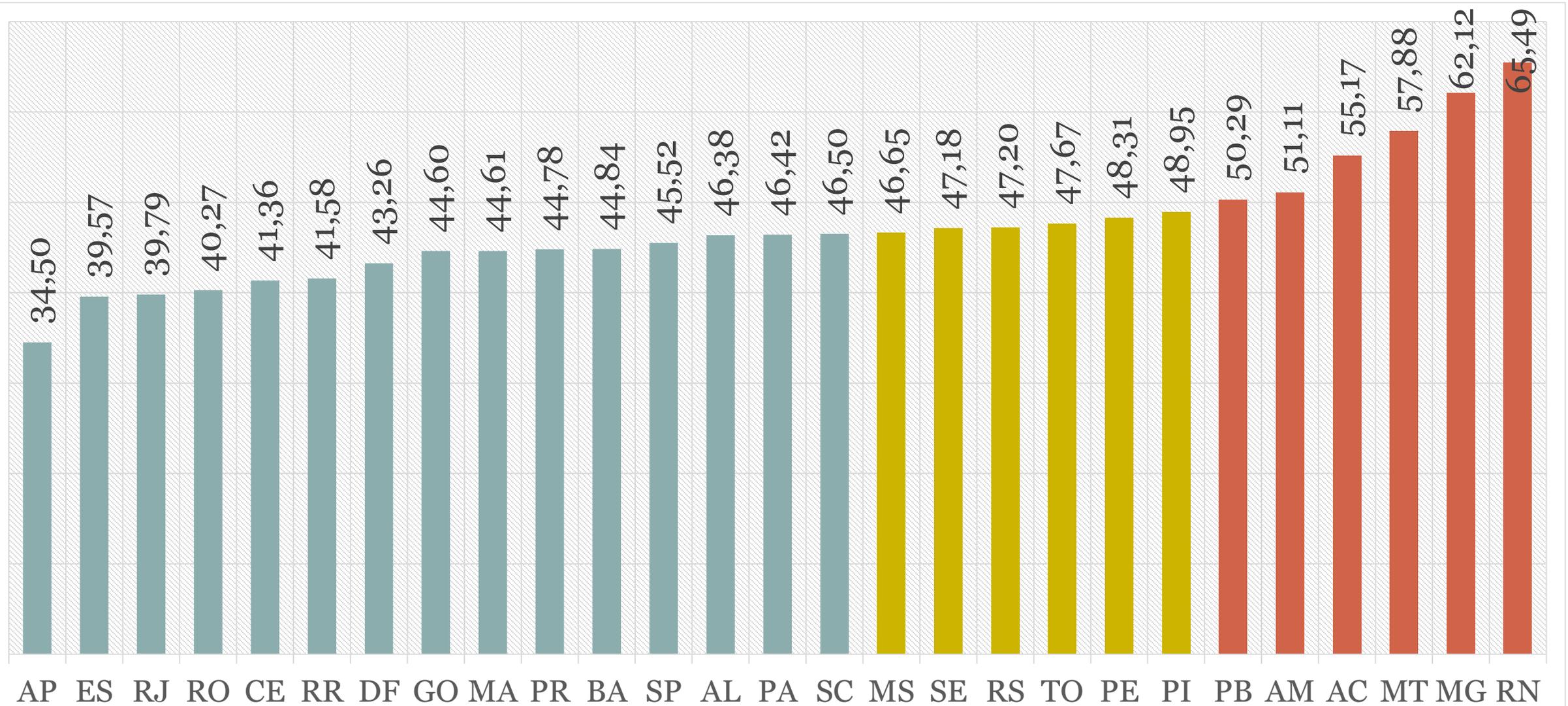
- Descentralização administrativa;
- Redução do gasto governamental;
- Revisão do tamanho e do papel do Estado.

Pretensão do governo: Resgatar o terceiro elemento do “tripé macroeconômico”

Metas de Resultado Primário

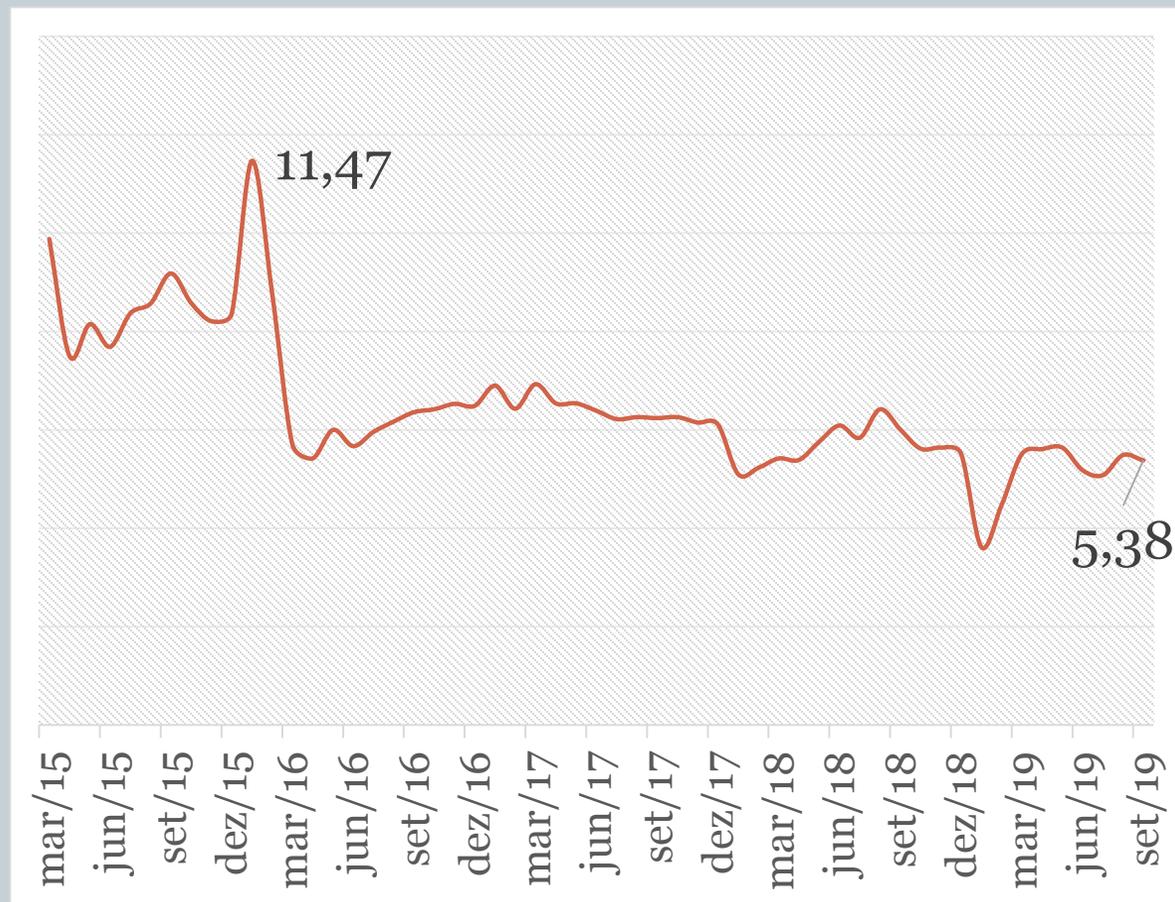
Item	R\$ bilhões		
	2018	2019	2020
Resultado Primário do Setor Público	(131,3)	(63,8)	23,2
Governo Central	(129,0)	(65,0)	10,0
Estatais Federais	(3,5)	(3,5)	(3,4)
Estados e Municípios	1,2	4,7	16,6

Limite Fiscal: Prudencial (46,55%) e Máximo (49,00%), por Estado acumulado em 12 meses – Executivo – 2º quadrimestre de 2019 – Em %

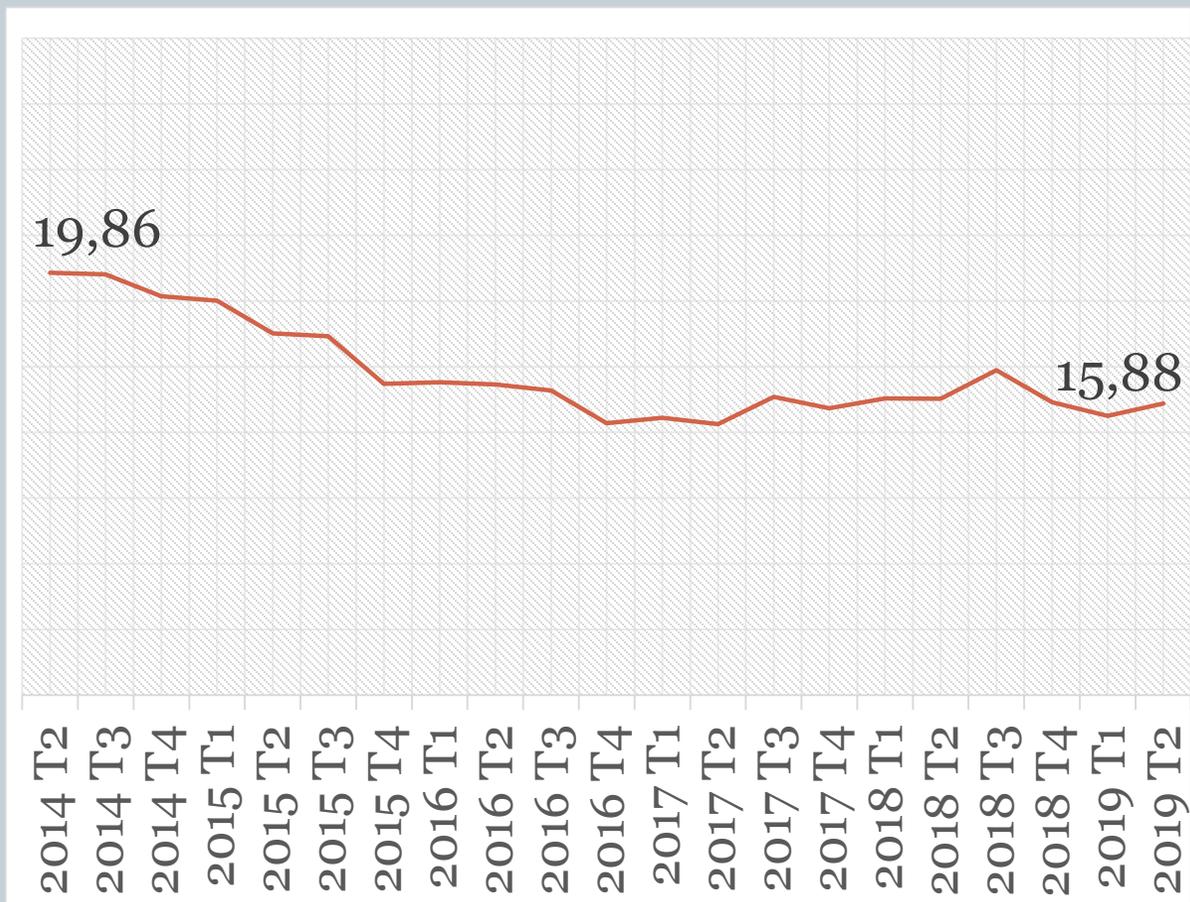


Impactos dos juros na dívida pública e no investimento

- Percentual do PIB gasto com juros



- Queda do investimento



Dívida Pública no Pós-Crise (em % do PIB)



	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alemanha	72,5	81,0	78,4	79,7	77,4	74,9	71,0	68,2	65,9
Brasil	64,9	63,0	61,2	62,3	60,4	63,3	73,7	76,3	80,5
Espanha	52,7	60,1	69,5	85,4	93,7	99,3	99,0	99,0	98,5
Estados Unidos	86,0	94,7	99,0	102,5	104,8	105,0	105,8	107,5	107,5
França	78,8	81,5	85,0	89,4	92,3	95,6	96,8	98,2	98,8
Grécia	126,2	145,8	171,6	159,0	176,9	178,4	178,4	n / D	n / D
Irlanda	61,8	86,8	109,3	120,2	120,0	107,5	95,2	88,6	84,6
Itália	112,5	115,4	116,5	123,3	128,9	132,5	132,6	133,0	131,7
Japão	210,2	215,8	231,6	238,0	244,5	249,1	248,1	249,3	250,9
Portugal	83,6	96,2	111,4	126,2	129,0	130,2	128,8	127,9	127,3
Reino Unido	65,7	76,6	81,8	85,3	86,2	88,2	89,3	89,1	87,9
Euro Área (15 Países)	78,4	83,8	86,1	89,5	91,4	91,9	90,0	89,0	87,4

Fonte: BCB FMI

EIXOS/PRINCÍPIOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA DA UNIÃO

Reforma Administrativa

- Eixos/princípios da Reforma Administrativa da União:
 - 1) **Reduzir despesas com funcionalismo (exceto militares):** adiamento de concursos; priorização da terceirização (Decreto 9.507/2018); redução dos salários de entrada; congelamento (ou redução nominal) de salários; empecilhos à progressão...
 - 2) **Flexibilização da estabilidade:** nova regulamentação da demissão por insuficiência de desempenho (PLS 116/2017); fim da estabilidade para o novo servidor

Reforma Administrativa

- Eixos/princípios da Reforma Administrativa da União:

3) **Mais concorrência e mais disciplina sobre os servidores:** progressões vedadas a todos; remuneração variável de acordo com desempenho; enxugamento radical do número de carreiras; maior centralização da gestão do RH

4) **Cerceamento da organização sindical:** exigência de compensação de horário no caso de atividade sindical (IN 2 SGP/MPDG/2018); proibição do desconto em folha da contribuição voluntária sindical (MP 873/2019 que não prosperou no Congresso, mas que ensejou apresentação do PL 3.814/2019)

Reforma Administrativa

- Documentos orientadores da Reforma Administrativa:
 - MPDG, Transição de Governo 2018-2019;
 - “Hora de reformar o RH do Estado”, Ana Carla Abrão Costa, Armínio Fraga e Carlos Ari Sundfeld, 2019;
 - Ofício Circular 2/2019 SGDP/ME;
 - "Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público brasileiro: o que os dados dizem.", Banco Mundial, 2019.
 - Plano Mais Brasil (PECs 186, 187 e 188 / 2019)

PROPOSTAS EM TRAMITAÇÃO

- Notícias dos principais jornais
- Tramite jurídico e legislativo

Medidas já sinalizadas ou em andamento

≡ O GLOBO ECONOMIA

'Difícilmente teremos concurso no Brasil nos próximos poucos anos', diz Bolsonaro

Presidente também liga o possível aumento da taxa de desemprego à elevação da violência

Gustavo Maia e André de Souza

22/06/2019 - 13:46 / Atualizado em 23/06/2019 - 09:34

≡ EL PAÍS

BRASIL

INTERNACIONAL BRASIL OPINIÃO ECONOMIA CIÊNCIA TECNOLOGIA CULTURA ESTILO ESPORTES

O ambicioso pacote de privatização de Bolsonaro vai dos Correios à concessão de Jericoacora

Planalto contradiz Onyx e diz que Bolsonaro descarta vender controle da Petrobras ao setor privado. Maioria das vendas depende da aprovação do Congresso

FOLHA DE S.PAULO

Governo Bolsonaro estuda mandar medida provisória para aprovar Future-se

Projeto de financiamento das universidades federais não tem consenso entre reitores



ECONÔMICO
Valor
Princípios Editoriais

10/03/2019 às 12h19 2

Guedes diz ter pronta PEC para desvinculação total do Orçamento

Por Fábio Pupo | Valor



Demissão por insuficiência de desempenho do servidor público PLS 116/17 (SF) e PLP 248/98 (CD)

- O projeto acabou de ser aprovado (agosto 2019) na Comissão de Assuntos Sociais CAS, do Senado e, em virtude de aprovação de requerimento de **urgência**, será submetido diretamente ao Plenário daquela Casa.
- A matéria regulamenta o artigo 41, inciso primeiro, da Constituição. O dispositivo determina que o servidor estável - já transposto o período de três anos de estágio probatório - fica sob risco de perder seu posto de concursado em caso de resultado insatisfatório “mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa”.
- Para cada servidor, o responsável (incluindo os cargos em comissão) avaliarão os servidores.



BLOG

Instituto Millenium

A democracia na visão dos pensadores do Instituto Millenium

SIGA



BLOGS

Estabilidade do servidor é obstáculo para a produtividade

Gustavo Grisa analisa o Projeto de Lei que permite avaliação e demissão por mau desempenho de servidores

Por **Instituto Millenium**

© 16 jul 2019, 13h10

Regulamentação Direito de Greve no serviço público PL 4.497/01 (CD) e PLS 375/18 (SF)

- Projeto de Lei do Senado (**PLS 375/2018**) propõe regulamentar o **exercício do direito de greve** dos servidores públicos da administração pública direta, autárquica ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- Ao projeto foram apresentadas 26 emendas, de autoria dos senadores Hélio José (PROS DF) e José Pimentel (PT CE). A proposta será analisada em **caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tramita atualmente.**
- **PL 4.497/01** O Governo pretende usar uma proposta em tramitação na Câmara desde 2001 e pedir para que deputados alinhados proponham as mudanças que o Executivo julgue necessário no projeto. **Aguardando designação de relator na CCJC.**

Criação de fundações estatais (PLP nº 92/2007)

- Autoriza a criação de fundações estatais em áreas definidas.
 - I – saúde (hospitais universitários federais);
 - II - assistência social;
 - III - cultura;
 - IV - desporto;
 - V - ciência e tecnologia;
 - VI - meio ambiente;
 - VII - previdência complementar do servidor público
 - VIII - comunicação social;
 - IX - promoção do turismo nacional
- Situação: Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)

Novas formas de contrato de gestão, por intermédio de organizações sociais (PL 10.720/2018 e PL 2873/2019)

- **Situação:** Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP);
- Dispõe sobre critérios e requisitos para a qualificação de entidades privadas como organizações sociais e sobre regras para celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão.

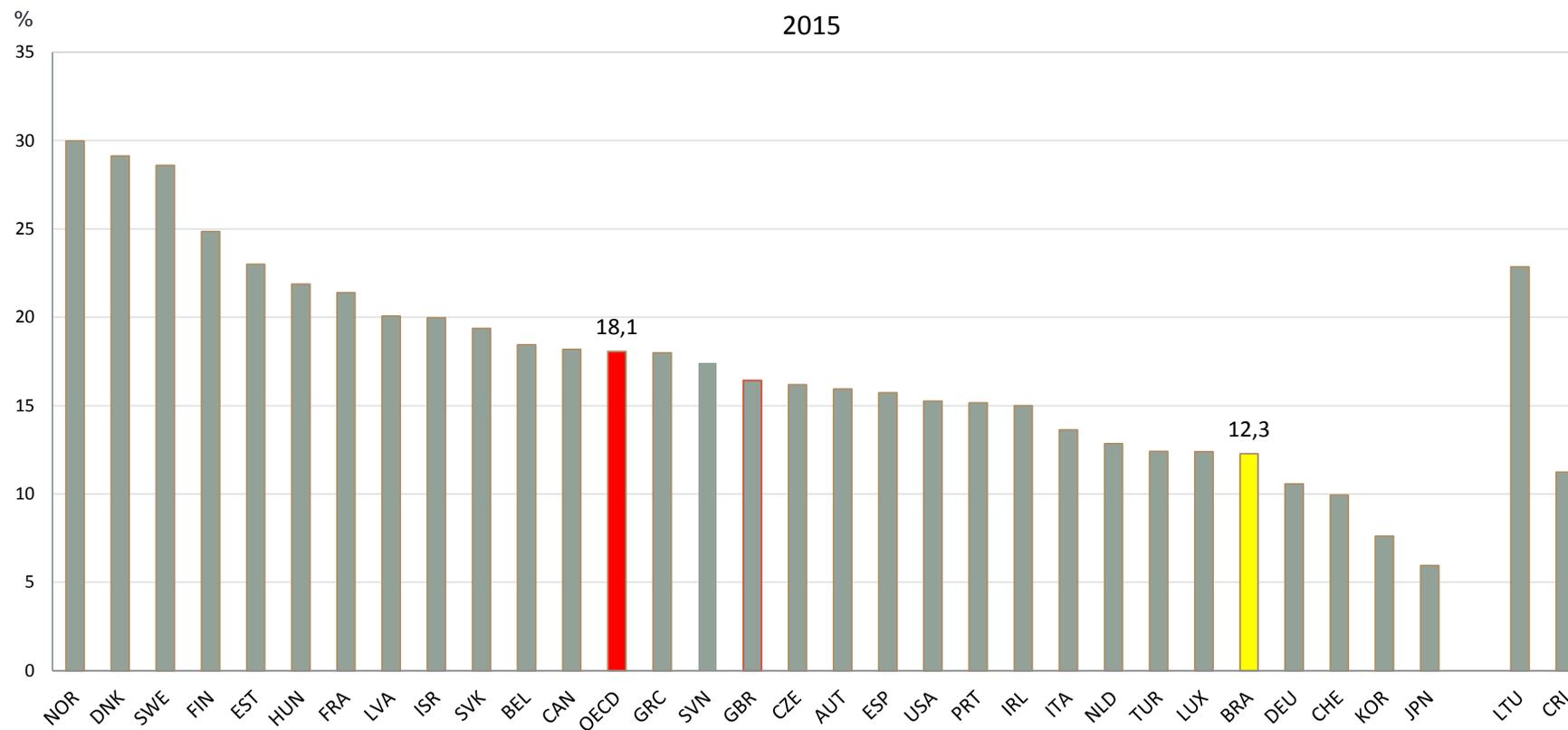
Reduz a participação dos segurados e assistidos na governança dos fundos de pensão (PLP nº 268/2016)

- Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF); Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN);
- PL prevê que a presidência do conselho deliberativo será exercida por membro representante do patrocinador.

O SERVIÇO PÚBLICO EM OUTROS PAÍSES

Alguns dados

Emprego nas administrações públicas em percentagem do emprego total, 2015

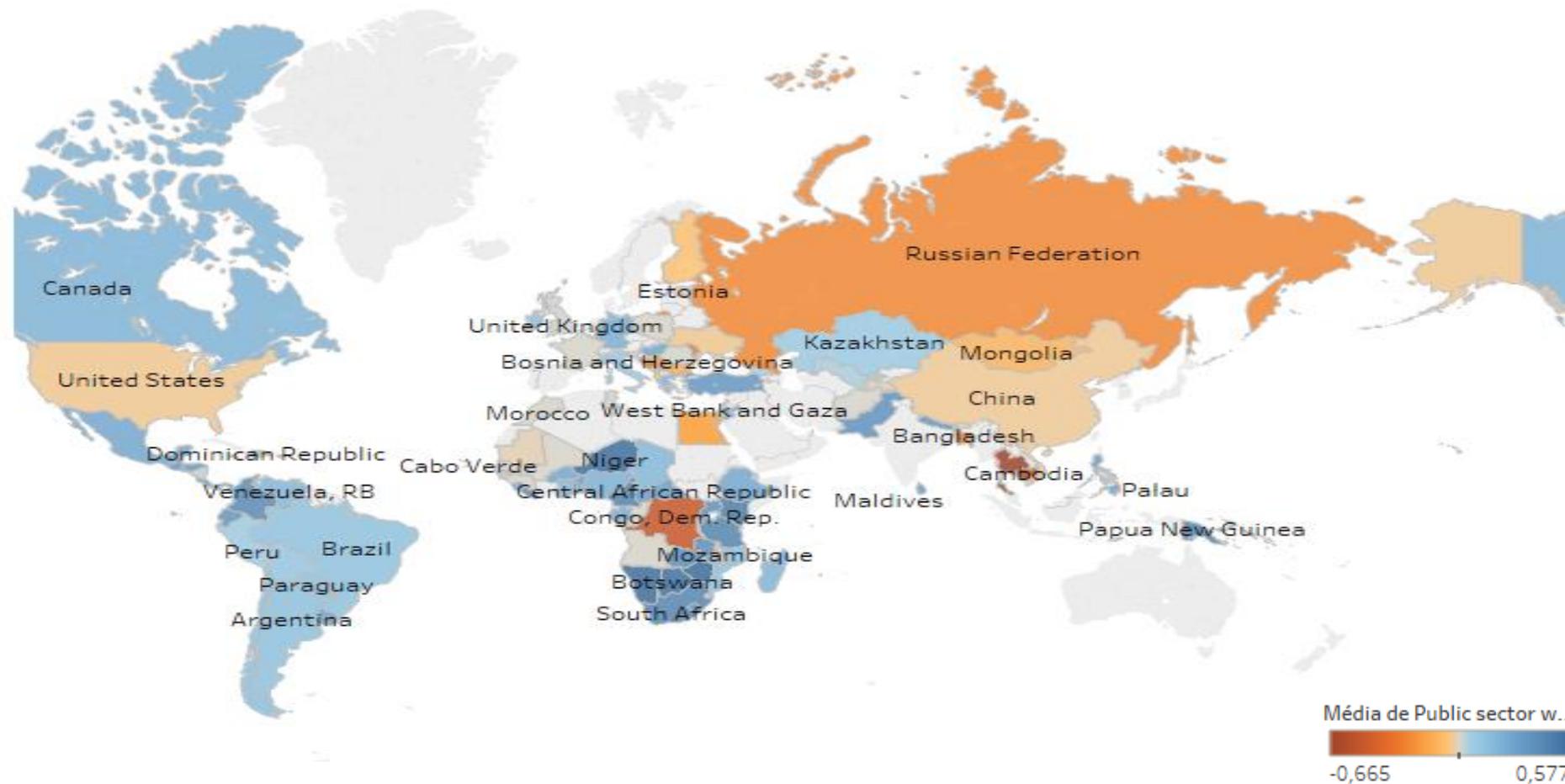


Fonte: OCDE. Visão geral do governo 2017.

Observação: Dados para o Brasil vêm de aproximação extraída dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, feita pelo IBGE.

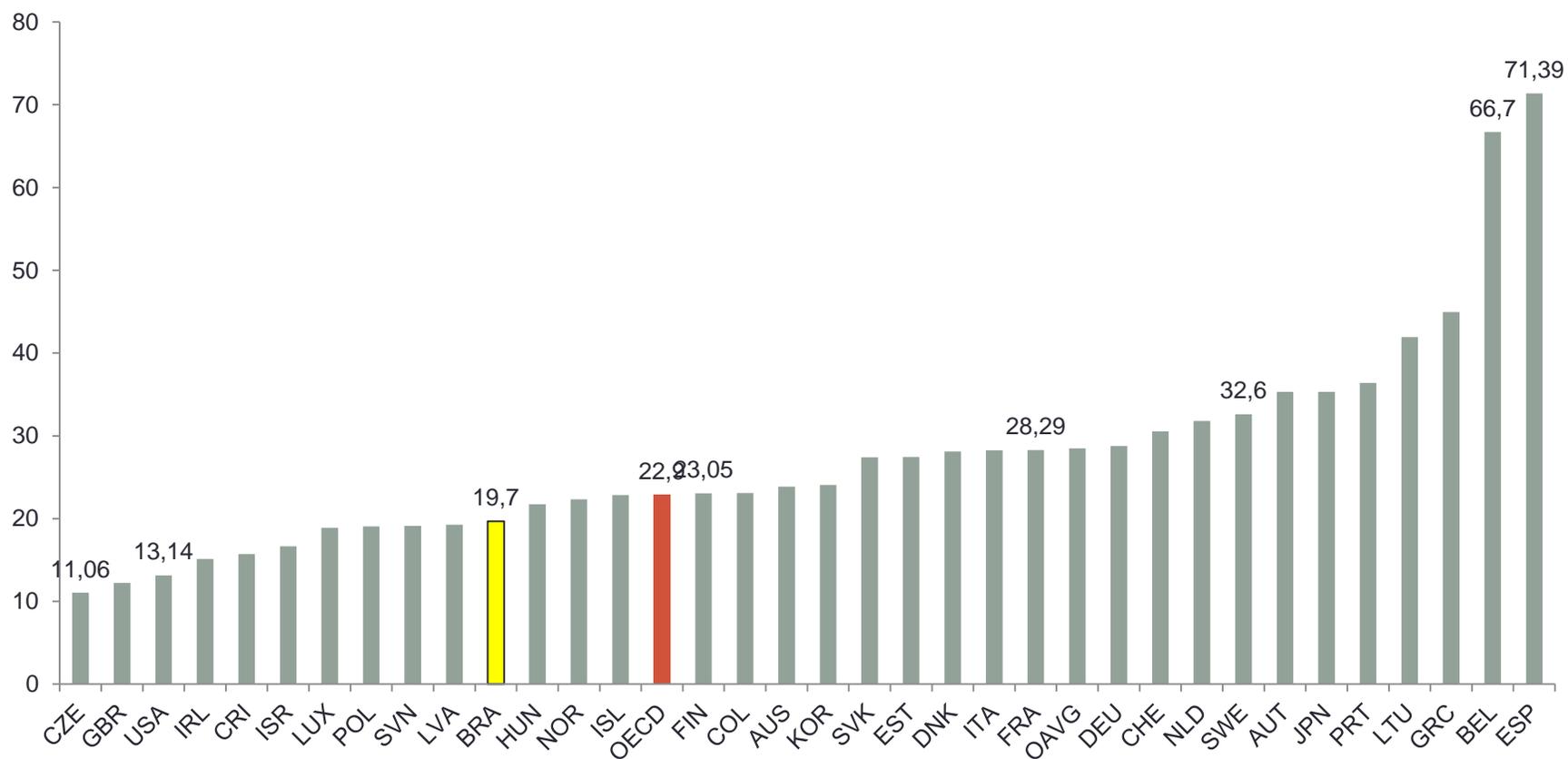
Elaboração: DIEESE.

Salários do setor público comparados ao setor privado (vários anos)



Fonte: Banco Mundial. Worldwide Bureaucracy Indicators
Elaboração: DIEESE.

Gastos públicos do governo central como proporção do PIB, 2015 (em %)



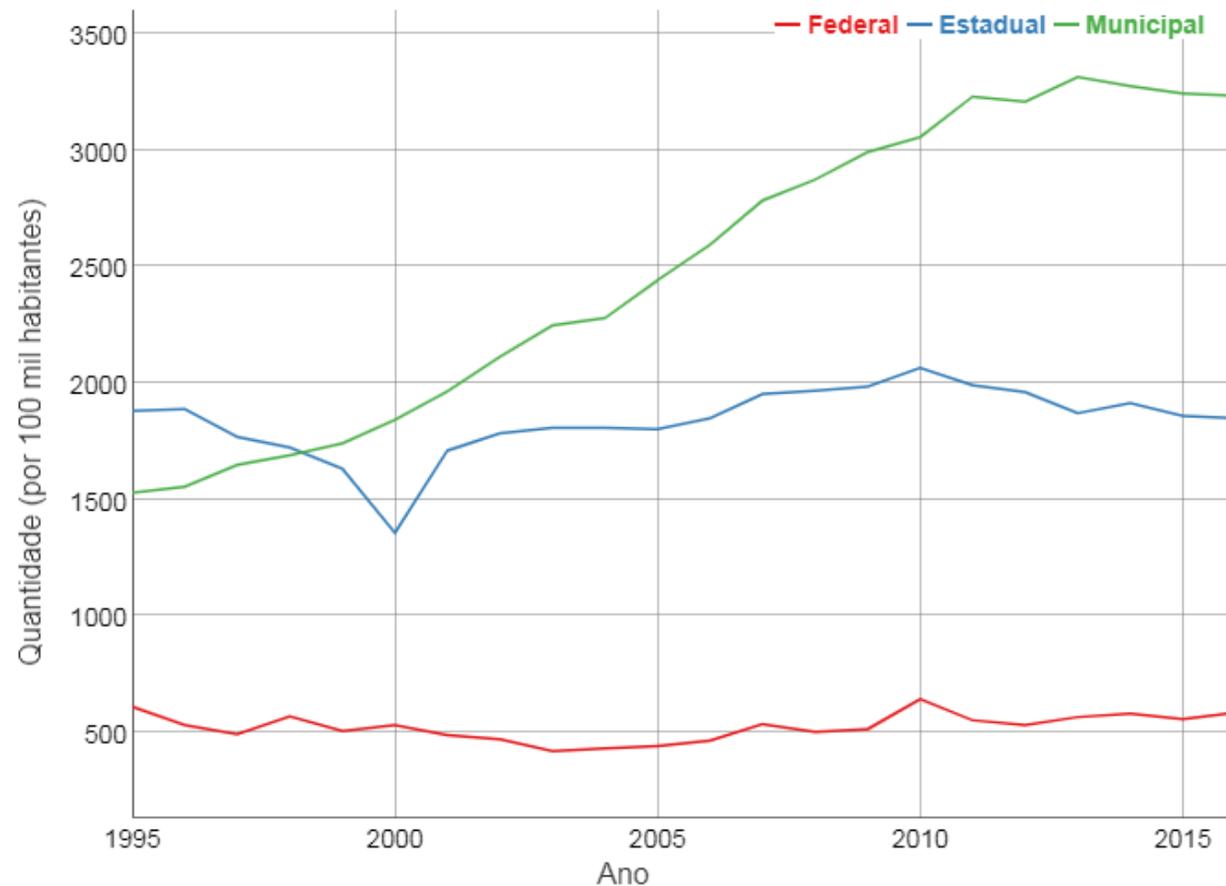
Fonte: OCDE Data e Ministério da Fazenda (Brasil). http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/relatorio-de-analise-economica-dos-gastos-publicos-federais/arquivos/2016/relatorio_gasto_publico_federal_site.pdf

Elaboração: DIEESE.

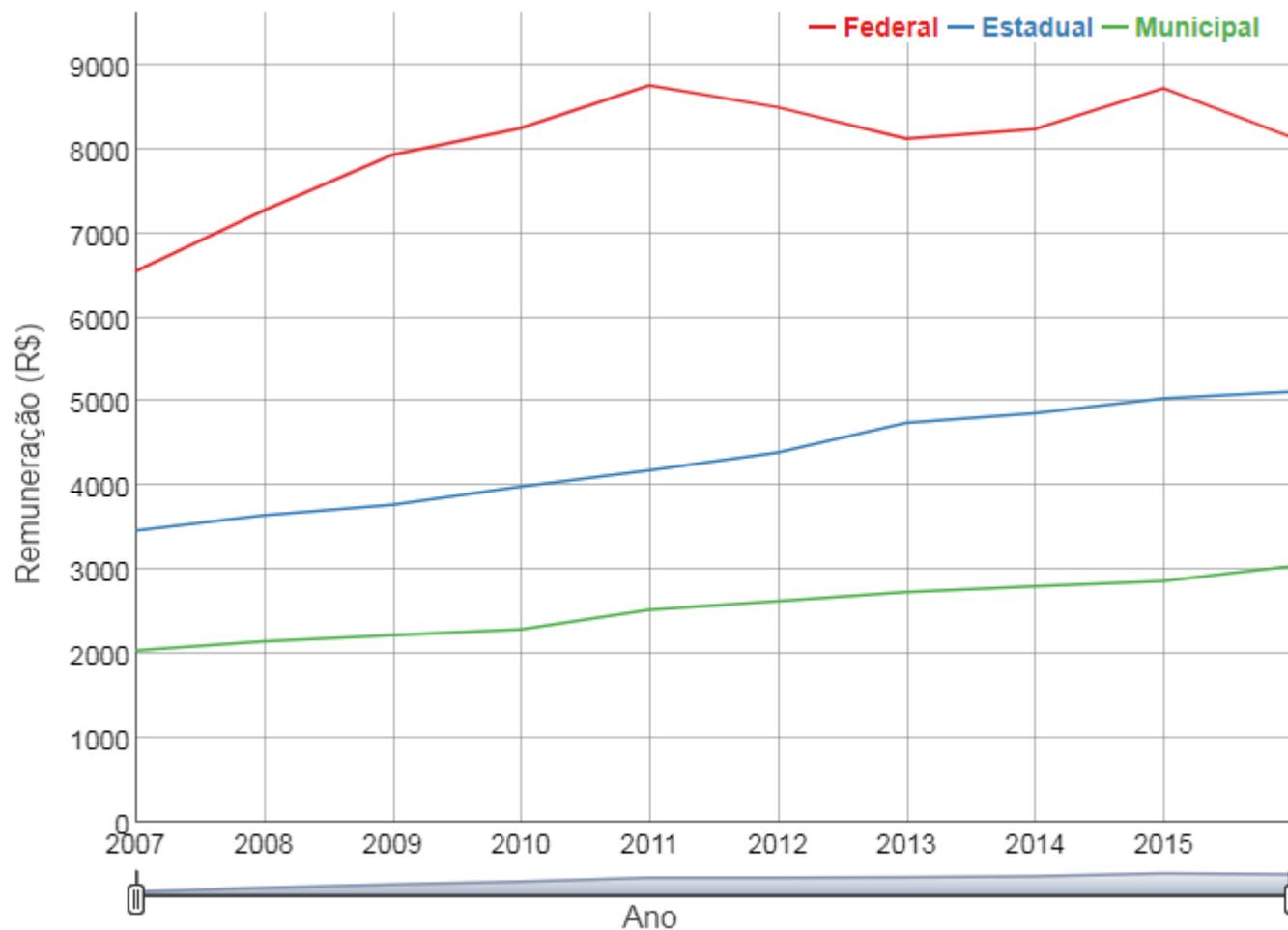
O SERVIÇO PÚBLICO NO BRASIL...

Alguns dados

Densidade anual dos servidores públicos do país, por nível da administração, por 100 mil habitantes



Remunerações médias mensais do Poder Executivo, por nível da administração - 2007-2016



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA. Valores atualizados com base no IPCA(2018)/IBGE.

... E a Realidade atual do mercado de trabalho

PESSOAS COM 14 ANOS OU MAIS DE IDADE (PIA): 168,9 MILHÕES

NA FORÇA DE TRABALHO (PEA): 104,5 MILHÕES

OCUPADAS: 91.949 MILHÕES

EMPREGADOS: 62,3 MILHÕES

SETOR PRIVADO: 44,4 MILHÕES

COM CARTEIRA: 33,2 MILHÕES

(TODOS OS TIPOS DE CONTRATOS DE
TRABALHO+TERCEIRIZAÇÃO)

6,3 MILHÕES DE SINDICALIZADOS

SEM CARTEIRA
11,2 MILHÕES

SETOR PÚBLICO 11,6 MILHÕES

MILITAR E ESTATUTÁRIO (+
TERCEIRIZAÇÃO)
7,98 MILHÃO

COM CARTEIRA
1,2 MILHÃO

**SINDICALIZADOS
3,08 MILHÕES**

S/ CARTEIRA
2,15 MILHÃO

T.DOMÉSTICAS 6,3
MILHÕES
(COM E SEM CARTERIA
DE TRAB.)

CONTA PRÓPRIA
(COM OU SEM CNPJ)
23,1 MILHÕES

FAMILIAR 2,2 MILHÕES

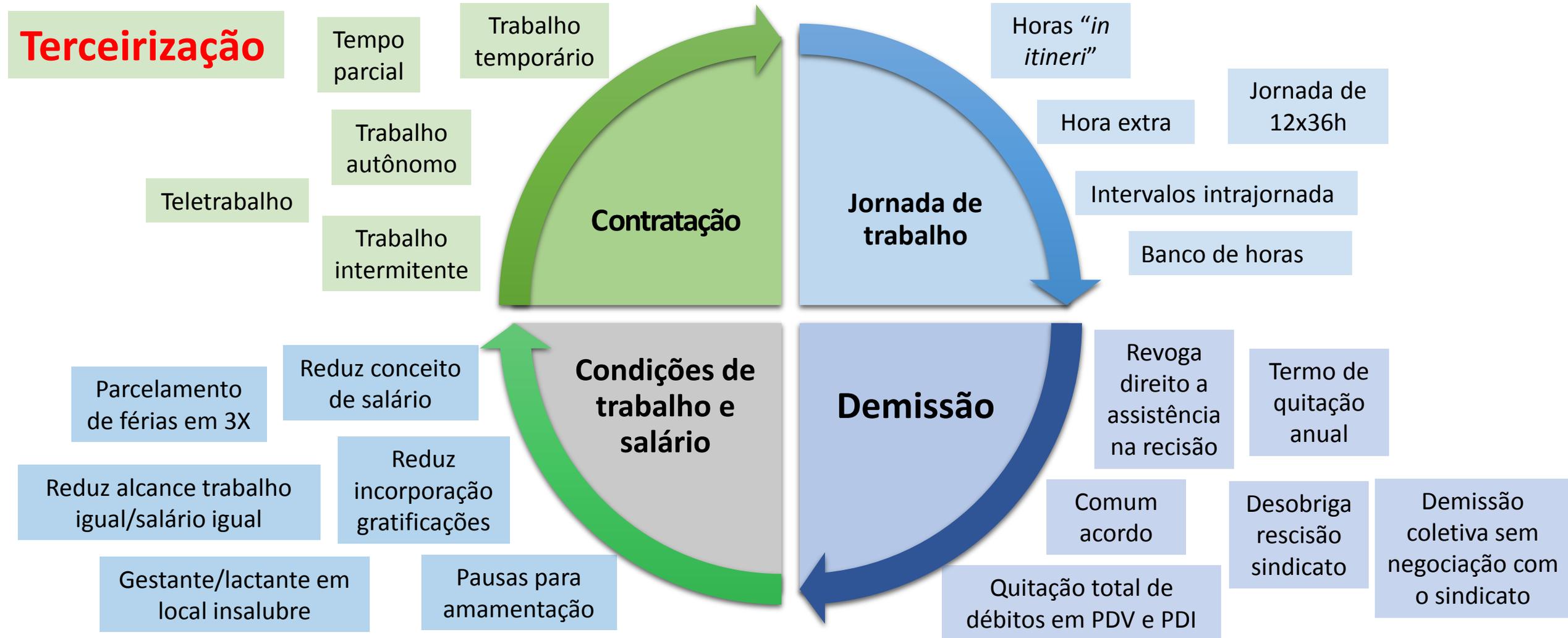
EMPREGADOR (COM OU
SEM CNPJ) 4,4 MILHÕES

FORA DA FORÇA
DE TRABALHO:
64,4 MILHÕES

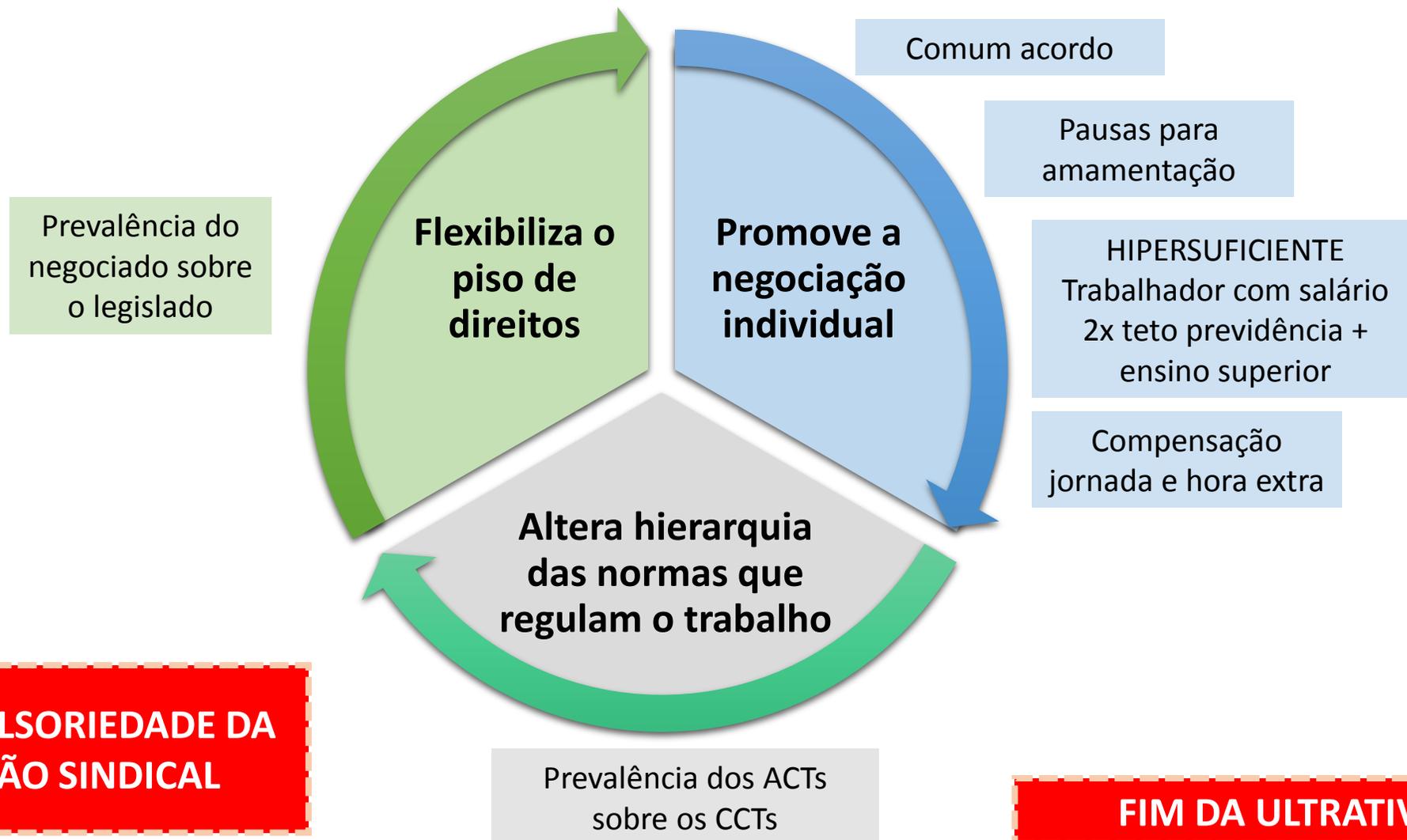
DESOCUPADAS
12.571 MILHÕES

**8 milhões (FT
ampliada)**

Reforma trabalhista



NEGOCIAÇÃO COLETIVA PÓS REFORMA TRABALHISTA



**FIM DA COMPULSORIEDADE DA
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**

FIM DA ULTRATIVIDADE

EM SÍNTESE...

‘Vamos acabar com a farra dos marajás’, diz Bolsonaro

Candidato do PSL diz que vai conversar com Temer sobre reforma da Previdência

Jussara Soares

09/10/2018 - 21:03 / Atualizado em 09/10/2018 - 21:25



‘Vamos acabar com a farra dos marajás’, diz Bolsonaro Foto: Domingos Peixoto/ Agência O GLOBO

Alguns elementos para o debate

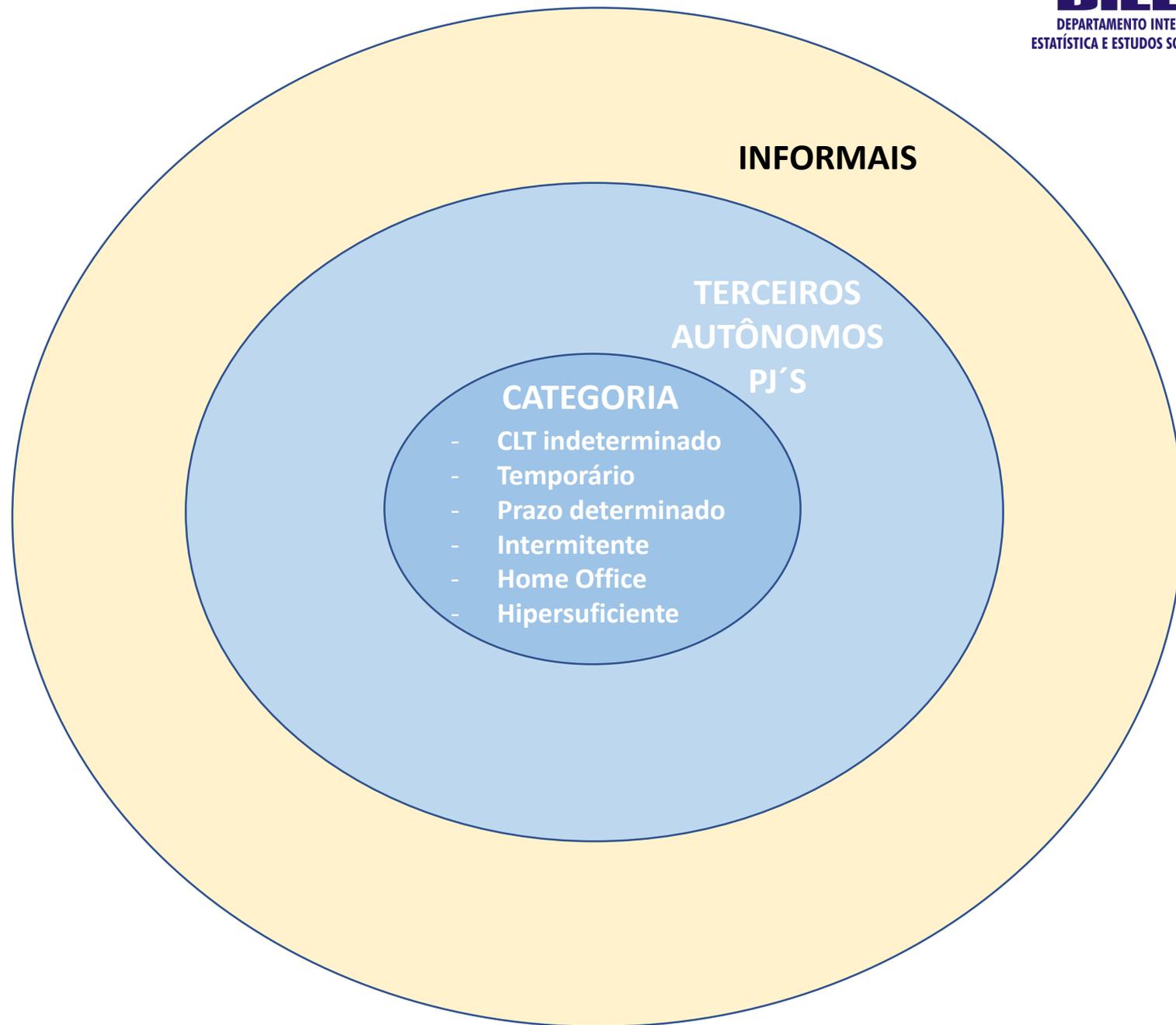
- O ataque ao Estado brasileiro e aos servidores públicos não é novidade na história. Nem mesmo a referência aos servidores como “marajás”.
- O número de servidores públicos no Brasil não é extraordinariamente alto, e, da mesma maneira, o tamanho do governo federal não parece ser excessivo. (Banco Mundial, 2017);
- Os salários no serviço público são mais altos que na iniciativa privada, mas os salários no Brasil, de modo geral, são baixos;
- Considerando esses baixos salários, ou seja, a pouca capacidade da maioria das pessoas adquirir serviços essenciais no mercado privado, que tipo de serviço público será ofertado a sociedade levando em consideração a redução da atuação do Estado proposta?

Referências

- Banco Mundial. Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil (2017).
- OECD (2017), Government at a Glance 2017, OECD Publishing, Paris http://dx.doi.org/10.1787/gov_glance-2017-en
- Queiroz, Antônio Augusto De. Servidores públicos serão a bola da vez de Bolsonaro. Congresso em Foco. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/servidores-publicos-serao-a-bola-da-vez-de-bolsonaro/>

Desafios

DESAFIO SINDICAL



QUAL O LUGAR DO MOVIMENTO SINDICAL NESTE NOVO MUNDO E NO BRASIL

MANTER RELEVÂNCIA SOCIAL

- Organização sindical
- Representatividade
- Negociação coletiva
- Regulação
- Papel do Estado
- Defesa dos Direitos (saúde/educação/previdência/etc.)
- Intervir nas políticas públicas (produção nacional/transição justa/educação e trabalho)



Financeirização

Direitos como mercadoria

Globalização

Cadeias Globais
de produção e
fornecimento

Bipolarização
EUA x China

**QUAL
MOVIMENTO
sindical
precisamos neste
mundo?**

Intersectorização
da economia

Neocolonialismo

Revolução
tecnológica

Desemprego

UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL

Economia
compartilhada

Multicultural

Interconectato

Sem uma
potência global

**QUAL MOVIMENTO
SINDICAL PARA A
CONSTRUÇÃO DESTE
MUNDO?**

Cooperativismo

Revolução
tecnológica

Ecológico

Tempo Livre

Longevidade



© Can Stock Photo - csp12276249

DESAFIOS PARA DIRIGENTE SINDICAL DO SETOR PÚBLICO

Alguns desafios do dirigente sindical no setor público

- Não garantia do estabelecimento de uma negociação periódica
 - Terceirização
 - LRF e a vinculação de recursos (FUNDEB, Programas de transporte escolar, PNAE, saúde...)
 - Inativos (as vezes, a maior parte da categoria), Previdência
 - Divergências de entendimentos (STN, TCE, poder público local)
 - Sigilo Fiscal (código tributário)
 - Influência da negociação setor privado
 - Desconexão da negociação com ciclo orçamentário
 - Políticas de austeridade
 - Oposição ao Sindicato
-

A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES

Os sindicatos nascem como uma reação às precárias condições de trabalho e remuneração a que estão submetidos os trabalhadores no capitalismo

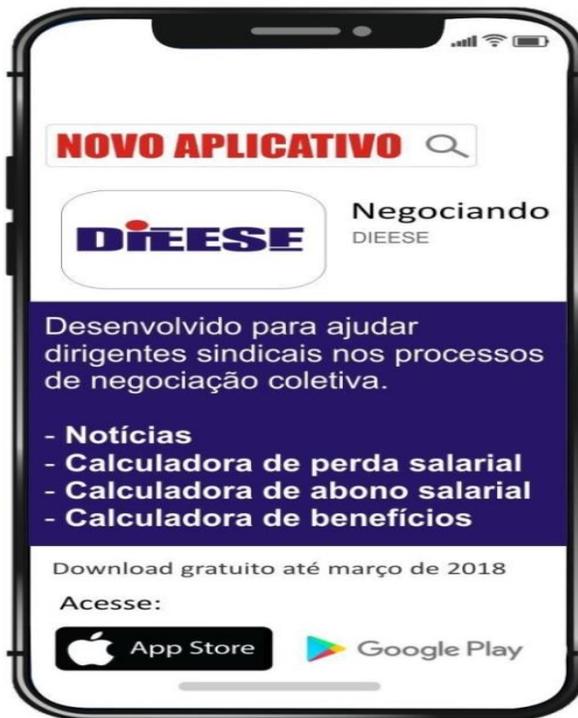
Dimensão indispensável da democracia é a existência de um Sistema de Relações de Trabalho

A atuação dos sindicatos contribuiu decisivamente para que a CF 88 reservasse todo o art.7º aos direitos dos trabalhadores e outros grandes temas nacionais e regionais

As negociações coletivas ampliam direitos garantidos por lei e avançam em novas conquistas

As entidades precisam dispor de recursos políticos e financeiros para se contraporem ao poder das corporações empresariais

A instituição que melhor atua para assegurar o cumprimento dos direitos e denunciar os abusos é o sindicato



Baixe no seu celular

Gradativamente, vamos incluir:

- elementos da conjuntura,
- informações sobre resultados das negociações,
- setores econômicos,
- setor público,
- greves,
- emprego e desemprego,
- inflação e outras



DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

MAX LENO

Supervisor Técnico do DIEESE-DF

max@dieese.org.br



www.dieese.org.br